Reforma do Comércio Multilateral, Governança da Propriedade Intelectual e Ativos Intangíveis

Reforma Comercial Multilateral, Gobernanza de la Propiedad Intelectual y Activos Intangibles

Multilateral Trade Reform, Intellectual Property Governance and Intangible Assets

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este documento reúne análises de desenvolvimentos recentes em instituições centrais da governança econômica internacional, com destaque para a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O texto examina o processo de reforma institucional da OMC e o andamento das negociações multilaterais após a 14ª Conferência Ministerial, as prioridades políticas e normativas discutidas nas Assembleias da OMPI de 2026 e a crescente centralidade da propriedade intelectual e da inteligência artificial na economia mundial. Analisa as principais conclusões do *World Intangible Investment Highlights 2026*, evidenciando a expansão do investimento em ativos intangíveis e a posição do Brasil nesse cenário, bem como os resultados do *World Investment Report 2026* e do painel sobre dependência de commodities da UNCTAD, que revelam a crescente concentração do investimento internacional, os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e a persistência da reprimarização das exportações brasileiras.

Palavras-chave: reforma do comércio multilateral; governança da propriedade intelectual; ativos intangíveis; investimento intangível; inteligência artificial; investimento internacional; política industrial; países em desenvolvimento; dependência de commodities.

Resumen: *Este documento reúne análisis de los desarrollos recientes en las principales instituciones de la gobernanza económica internacional, con especial atención a la Organización Mundial del Comercio (OMC), la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD). Examina el proceso de reforma institucional de la OMC y la evolución de las negociaciones multilaterales tras la 14.ª Conferencia Ministerial, así como las prioridades políticas y normativas debatidas en las Asambleas de la OMPI de 2026, destacando la creciente relevancia de la propiedad intelectual y de la inteligencia artificial en la economía mundial. Asimismo, analiza las principales conclusiones del* World Intangible Investment Highlights 2026*, poniendo de relieve la expansión de la inversión en activos intangibles y la posición de Brasil, y examina el* World Investment Report 2026 *y el panel sobre dependencia de materias primas de la UNCTAD, que evidencian la creciente concentración de la inversión internacional y los desafíos estructurales para los países en desarrollo.*

Palabras clave: *reforma del comercio multilateral; gobernanza de la propiedad intelectual; activos intangibles; inversión intangible; inteligencia artificial; inversión internacional; política industrial; países en desarrollo; dependencia de materias primas.*

Abstract: *This report brings together analyses of recent developments in key institutions of global economic governance, focusing on the World Trade Organization (WTO), the World Intellectual Property Organization (WIPO) and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). It examines the WTO reform process and the state of multilateral trade negotiations following the 14th Ministerial Conference, as well as the policy priorities and normative debates discussed during the 2026 WIPO Assemblies, highlighting the growing importance of intellectual property and artificial intelligence in the global economy. The report reviews the main findings of the* World Intangible Investment Highlights 2026*, emphasising the expansion of intangible investment and Brazil's position within this transformation. Finally, it analyses the* World Investment Report 2026 *and UNCTAD's Commodity Dependence Dashboard, identifying increasing concentration in international investment flows, the challenges faced by developing countries and the continuing trend towards commodity dependence in Brazilian exports.*

Keywords: *multilateral trade reform; intellectual property governance; intangible assets; intangible investment; artificial intelligence; international investment; industrial policy; developing countries; commodity dependence.*

O Conselho Geral da OMC após a MC14: reforma institucional, negociações pendentes e fortalecimento do sistema multilateral de comércio

Na reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em 14 e 15 de julho de 2026, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala apresentou um balanço das atividades desenvolvidas desde a 14ª Conferência Ministerial (MC14) e defendeu que a reforma institucional da OMC e o avanço das negociações multilaterais constituem processos inseparáveis. Em sua qualidade de Presidente do Comitê de Negociações Comerciais (Trade Negotiations Committee -TNC), afirmou que ambas as agendas representam "duas faces da mesma moeda" e não devem ser tratadas como prioridades concorrentes. Segundo a Diretora-Geral, a reforma institucional somente se justifica se aumentar a capacidade da Organização de responder aos desafios contemporâneos e produzir resultados concretos para os membros, empresas e cidadãos que dependem do sistema multilateral de comércio. Da mesma forma, advertiu que acordos negociados sem uma base institucional fortalecida dificilmente produzirão efeitos duradouros, razão pela qual conclamou os membros a conduzirem simultaneamente as negociações substantivas e o processo de modernização da OMC. (OMC, 2026)

Ao apresentar o panorama das negociações sob supervisão do TNC, Ngozi Okonjo-Iweala destacou avanços em diferentes áreas temáticas. Nas negociações sobre subsídios à pesca, registrou avaliação positiva da primeira fase dos trabalhos posteriores à MC14, conduzidos pelo Embaixador Leslie Ramsammy (Guiana), incentivando os membros a utilizarem os próximos meses para avaliar os progressos alcançados desde a adoção do Acordo sobre Subsídios à Pesca (Agreement on Fisheries Subsidies – AFS) na MC12 e estabelecer as bases para a etapa seguinte das negociações. Informou ainda que Quirguistão, Níger e Tailândia depositaram seus instrumentos de aceitação do Acordo, elevando para 122 o número total de membros que o aceitaram, além do envio de 34 novas notificações de subsídios em cumprimento às obrigações do tratado. No tema agrícola, observou que a primeira reunião de negociadores após a MC14 reafirmou a centralidade da agricultura para a OMC, embora tenha evidenciado divergências quanto ao caminho para superar o prolongado impasse negociador: diversos países em

desenvolvimento defenderam a manutenção dos mandatos existentes, enquanto outros membros enfatizaram a necessidade de uma abordagem mais abrangente e equilibrada. Também informou que o G-90 retomará, após o recesso de verão, os trabalhos relativos às propostas pendentes sobre tratamento especial e diferenciado, ao passo que, na área de serviços, identificou interesse significativo na realização da avaliação do comércio de serviços prevista no Artigo XIX do GATS, reconhecendo, contudo, a necessidade de novas discussões para definir uma agenda comum e avançar também em questões de acesso a mercados. (OMC, 2026)

O Conselho Geral adotou diversas decisões voltadas especialmente aos interesses dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (PMDs). Em relação às propostas apresentadas pelo Grupo dos PMDs, foi decidido que futuras discussões sobre o aprimoramento da implementação das disposições do Acordo TRIPS, inclusive aquelas relacionadas ao tratamento especial e diferenciado, serão conduzidas no Conselho TRIPS com base em propostas formuladas pelos próprios membros. O Conselho também saudou o lançamento da terceira fase do Enhanced Integrated Framework (EIF), ressaltando que sua implementação não implicará custos adicionais ao orçamento regular da Organização. Além disso, aprovou propostas apresentadas pelos Estados Unidos para prorrogação de waivers que autorizam a concessão de tratamento tarifário preferencial a produtos originários de países beneficiários do African Growth and Opportunity Act (AGOA) e do Caribbean Basin Economic Recovery Act (CBERA), estabelecendo vigência dessas derrogações até 31 de dezembro de 2026. As decisões reforçam a continuidade da agenda de apoio ao desenvolvimento no âmbito da OMC, preservando mecanismos diferenciados destinados às economias de menor capacidade relativa e permitindo a manutenção de programas preferenciais de acesso a mercados. (OMC, 2026)

No acompanhamento dos resultados da MC14, a Presidente do Conselho Geral, Embaixadora Clare Kelly (Nova Zelândia), concentrou suas consultas nas questões que permaneceram sem consenso durante a Conferência Ministerial realizada em Yaoundé. Entre os temas discutidos destacam-se a definição da sede da 15ª Conferência Ministerial (MC15), diante da candidatura apresentada pela Arábia Saudita, que recebeu apoio de diversos membros, mas ainda sem consenso, e a reflexão de algumas delegações sobre a frequência, os critérios e os procedimentos para escolha dos futuros locais das conferências ministeriais. Em relação à reforma institucional da OMC, Kelly informou que, com base nas consultas realizadas desde maio, designou cinco facilitadores para conduzir os trabalhos nas quatro áreas prioritárias identificadas pelos ministros durante a MC14, inaugurando uma nova etapa do processo de reforma segundo calendário revisado destinado a assegurar participação ampla e inclusiva de todos os membros e produzir resultados concretos. Registrou que a reforma do sistema de solução de controvérsias permanece em andamento, sob consultas conduzidas pelo Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias, Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota (Brasil), cuja atualização será apresentada na reunião do OSC de 24 de julho. O próximo encontro ordinário do Conselho Geral foi provisoriamente agendado para os dias 5 e 6 de outubro de 2026. (OMC, 2026)

As Assembleias da OMPI de 2026 e o relatório do Diretor-Geral

O Report of the Director General to the Assemblies of WIPO, apresentado por Daren Tang na abertura da 68ª série de reuniões das Assembleias dos Estados-membros da OMPI (Genebra, 7 a 15 de julho de 2026), combina o balanço dos seis anos de sua primeira gestão com a formulação das prioridades para o segundo mandato, em um contexto que o próprio texto

descreve como de conflito político crescente, incerteza econômica e transformação tecnológica acelerada pela inteligência artificial (WIPO, 2026a).

No plenário, delinearam-se prioridades divergentes: Brasil e África do Sul lideraram a campanha por um foco renovado na Agenda do Desenvolvimento da OMPI, com ênfase em norm setting, enquanto países desenvolvidos buscaram reforçar os sistemas internacionais de registro e o enforcement de direitos (CENTRE ON KNOWLEDGE GOVERNANCE, 2026).

A propriedade intelectual como convergência global

O argumento central do relatório é que a PI se desloca da periferia para o centro da economia mundial, com convergência crescente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no seu uso. O comércio de PI ultrapassou 1,2 trilhão de dólares no último ano, mais que dobrando desde 2010, com Estados Unidos, China e Japão à frente, mas com México e Türkiye entre os maiores negociadores; o comércio global de bens culturais atingiu o recorde de 250 bilhões de dólares, crescentemente moldado por Afrobeats, pop latino, K-pop e produções audiovisuais da Ásia, da África e da América Latina (WIPO, 2026a).

Diante de um mundo com ceticismo crescente em relação ao multilateralismo, Tang sustenta que a natureza não rival da PI, que permite escalar e compartilhar valor de forma potencialmente ilimitada, faz da OMPI um espaço em que os Estados-membros podem "ganhar juntos", recusando a leitura da PI por lentes de soma zero (WIPO, 2026a).

Balanço da gestão 2020–2026

O relatório enumera os resultados da primeira gestão: a conclusão, em 2024, do Tratado da OMPI sobre PI, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado e do Tratado de Riade sobre o Direito de Desenhos Industriais; quase dois milhões de patentes, marcas e desenhos protegidos internacionalmente pelos registros globais (PCT, Madri, Haia e Lisboa); mais de 90 escritórios de PI usando a plataforma IPAS e organizações de gestão coletiva de quase 60 países no WIPO Connect (WIPO, 2026a).

Na dimensão de capacitação e inclusão, a Academia da OMPI treinou mais de 800 mil pessoas desde 2020 (1,3 milhão com os institutos de treinamento em PI), mais de 100 mil pequenas e médias empresas usaram a ferramenta IP Diagnostics (60 mil apenas no último ano) e a rede de 1.800 Centros de Apoio à Tecnologia e à Inovação (TISCs) respondeu a mais de 2,5 milhões de solicitações em cerca de 100 países no último ano. O biênio fechou com resultado operacional de CHF 144,1 milhões e superávit total de CHF 224,5 milhões (WIPO, 2026a).

Os quatro eixos do segundo mandato e a agenda de IA

Para os próximos seis anos, Tang articula quatro aspirações: tornar a PI verdadeiramente mainstream, cobrindo todo o ciclo de vida do ativo, da proteção à comercialização e ao financiamento; construir um movimento global único de PI, em que economias emergentes e países de menor desenvolvimento relativo sejam criadores e beneficiários do sistema, e não apenas usuários; assegurar que o ecossistema global de PI esteja preparado para o futuro; e consolidar a OMPI como organização financeiramente responsável e digitalmente eficiente no quadro do processo UN 80 (WIPO, 2026a).

O trabalho sobre PI e inteligência artificial é organizado, na metáfora do Diretor-Geral, como as quatro rodas de um carro: o novo Global Forum on IP and AI, a ser realizado em 9 e 10 de novembro de 2026; o AI Infrastructure Interchange (AIII), lançado em abril de 2026 para

discussão técnica de identificadores digitais, metadados e marcas d'água; o desenvolvimento de ferramentas de IA a serem ofertadas aos Estados-membros, começando pelo exame de marcas, com pilotos previstos para meados de 2027; e a assistência técnica e legislativa, que inclui uma colaboração com outras agências da ONU para treinar empreendedores de IA na África voltados a problemas de saúde (WIPO, 2026a).

A nova equipe dirigente

Durante as Assembleias, a 86ª sessão do Comitê de Coordenação da OMPI aprovou a nova equipe de Diretores-Gerais Adjuntos e Diretores-Gerais Assistentes, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026, alinhados ao início do segundo mandato de Daren Tang. Os quatro postos de Diretor-Geral Adjunto couberam a Pascal Faure (França), no setor de direito autoral, economia criativa e governança da PI; Laura Peter (Estados Unidos), em patentes e tecnologia; Mzukisi Qobo (África do Sul), em desenvolvimento regional e nacional; e Shen Changyu (China), em marcas e desenhos (WIPO, 2026b).

Os cargos de Diretor-Geral Assistente foram atribuídos a Marco M. Alemán (Colômbia), no setor de ecossistemas de PI e inovação; Chitra Narayanaswamy (Suíça), em gestão corporativa e transformação; Ken-Ichiro Natsume (Japão), em infraestrutura e plataformas; e Andrew Staines (Reino Unido), no setor de desafios globais, oportunidades e parcerias. A composição resulta em três dos quatro Diretores-Gerais Adjuntos oriundos de países desenvolvidos ou da China e uma única mulher entre eles, deixando o grupo da Ásia e Pacífico, o da Europa Central e do Báltico e o GRULAC sem representação nesse escalão, configuração que foi objeto de contestação formal ainda antes da aprovação, como se verá a seguir (WIPO, 2026b).

A posição do South Centre: agenda do desenvolvimento e equilíbrio do sistema

A declaração do South Centre à 68ª série de Assembleias reafirma que o desenvolvimento é parte integral do mandato da OMPI como agência especializada das Nações Unidas, e que seu trabalho deve promover equilíbrio justo entre a proteção da PI e o interesse público, alinhando-se aos ODS e enfrentando as barreiras que a PI pode criar ao acesso a materiais educacionais e a tecnologias de saúde e verdes (SOUTH CENTRE, 2026).

Às vésperas do 20º aniversário da Agenda do Desenvolvimento da OMPI, o South Centre pede que ela seja reafirmada e fortalecida pelas Assembleias de 2027, e manifesta preocupação com o fato de os comitês permanentes não estarem reportando à Assembleia Geral sobre a implementação da Agenda, apesar da decisão de 2017. A declaração cobra ainda progresso real em limitações e exceções ao direito autoral e na proteção efetiva de conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais (SOUTH CENTRE, 2026).

No plano institucional, a organização dirigiu sua crítica precisamente às indicações então submetidas ao Comitê de Coordenação: as nomeações de Diretores-Gerais Adjuntos enviesariam a representação em favor de países desenvolvidos e reduziriam o equilíbrio de gênero, deixando três grupos regionais, incluindo o da Ásia e Pacífico, sem representação, exatamente a configuração que a 86ª sessão do Comitê veio a aprovar. Invocando a Regra 4.2 do Estatuto do Pessoal, o South Centre conclama o Comitê a observar o recrutamento na mais ampla base geográfica possível e reitera seu apoio aos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, inclusive os em processo de graduação, no uso do espaço de política e das flexibilidades do sistema de PI (SOUTH CENTRE, 2026; WIPO, 2026b).

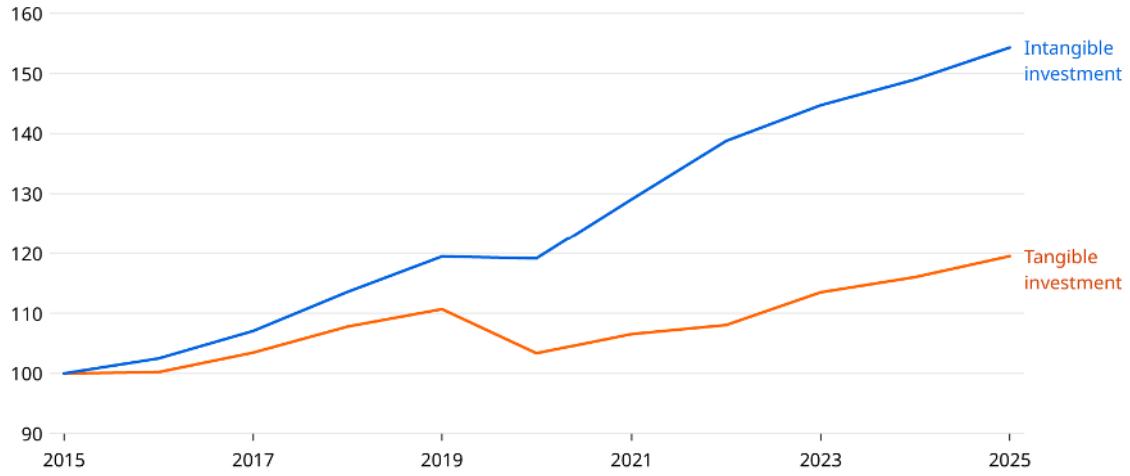
O World Intangible Investment Highlights 2026 e a economia imaterial

A terceira edição do World Intangible Investment Highlights (WIIH), copublicada pela OMPI e pela Luiss Business School com base na Global INTAN-Invest Database, oferece estatísticas anuais e trimestrais de investimento intangível para 29 economias que respondem por 57% do PIB mundial, com dados atualizados para Brasil, Índia e Japão e as primeiras estimativas para Canadá e Filipinas (WIPO; LBS, 2026).

A mudança estrutural na composição do investimento

O investimento intangível ultrapassou 10 trilhões de dólares em 2025, crescendo a uma taxa real composta de 3,5% ao ano entre 2008 e 2025, 3,6 vezes mais rápido que o investimento tangível (0,98%); apenas entre 2015 e 2025, a diferença foi de 4,4% contra 1,8% anuais. Na agregação das economias da amostra, os intangíveis representaram 12,8% do PIB em 2025, contra 11,8% dos tangíveis, invertendo a hierarquia histórica entre as duas formas de capital (WIPO; LBS, 2026).

Figura 1 – Investimento intangível e tangível, 2015–2025, indexado (2015=100)



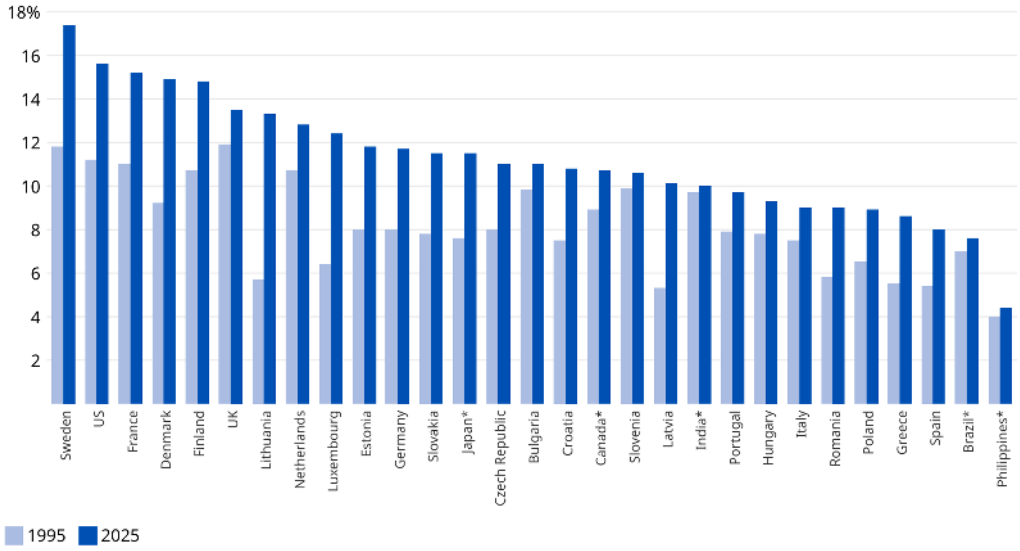
Fonte: WIPO; LBS, 2026.

O investimento intangível também se mostrou mais resiliente a restrição financeira: nas economias com dados trimestrais, cresceu 5,5% ao ano em termos reais entre 2020 e 2025, contra 3,2% do tangível, este último sustentado em larga medida pelo boom de infraestrutura física de IA concentrado nos Estados Unidos, que respondem por cerca de 62% do capex privado global relacionado a IA e por 76% do gasto mundial em infraestrutura de IA em 2025 (WIPO; LBS, 2026).

O Brasil no mapa do investimento intangível

O Brasil figura como exceção entre as economias de renda média analisadas: enquanto na Índia e nas Filipinas o investimento tangível cresceu mais rápido que o intangível (7,8% e 7,2% ao ano, respectivamente, refletindo o catch-up de infraestrutura física), no Brasil o investimento intangível cresceu 1,9% ao ano entre 2011 e 2021 ao mesmo tempo em que o tangível caiu 1,5%, apesar das condições econômicas adversas. A intensidade intangível brasileira subiu de 7% do PIB em 2010 para 7,6% em 2023, patamar comparável ao da Espanha (8%) (WIPO; LBS, 2026).

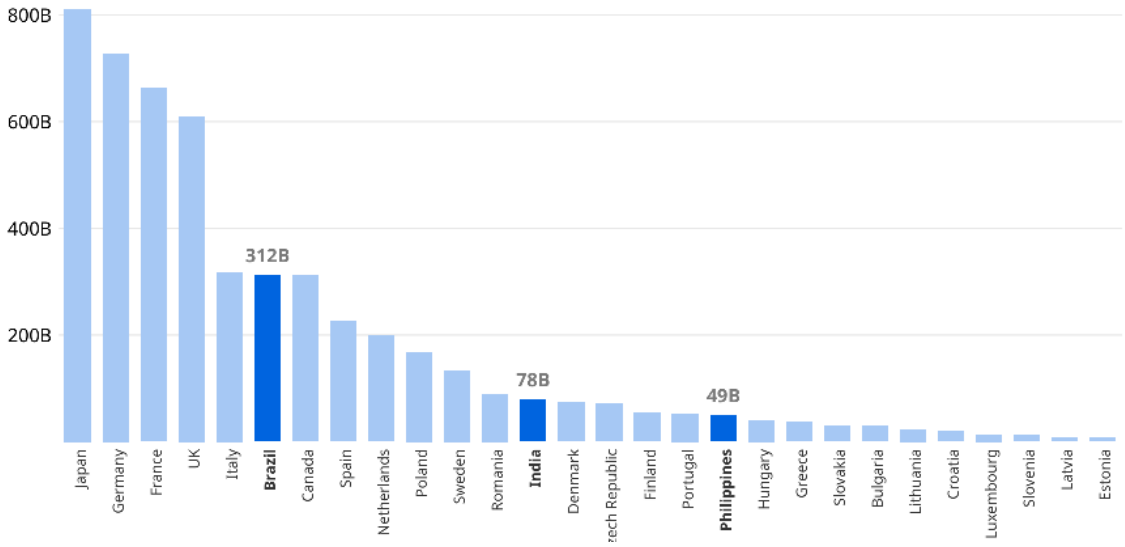
Figura 2 – A participação do investimento intangível no PIB cresceu em todas as economias — Investimento intangível como proporção do PIB, %, 1995-2025



Fonte: WIPO; LBS, 2026.

Em níveis absolutos, o Brasil está entre as sete maiores economias da amostra em investimento intangível, com 312 bilhões de dólares (PPP) em 2023, logo atrás da Itália (317 bilhões) e ao lado do Canadá (312 bilhões). Software e bases de dados foram a categoria de crescimento mais rápido no país (4,9% ao ano), à frente de economias de alta renda como a Alemanha (4,5%) (WIPO; LBS, 2026).

Figura 3 – Brasil entre as sete maiores economias por tamanho do investimento intangível — Investimento intangível (exceto os EUA), 2025*, bilhões de dólares em PPP

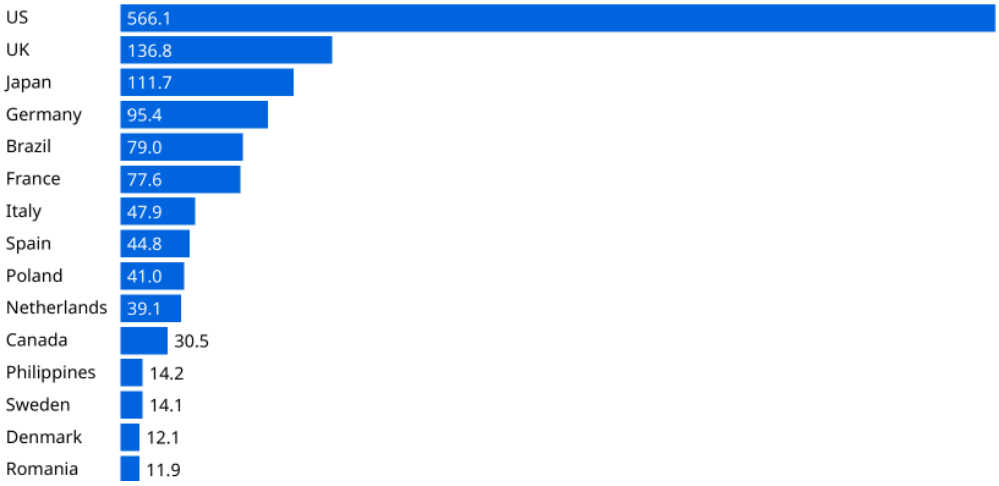


Fonte: WIPO; LBS, 2026.

O perfil brasileiro se distingue pelo peso das marcas: com 25,3% do investimento intangível total, a participação supera a do Reino Unido (25%) e fica bem acima do agregado da amostra (15%). Em valores absolutos, o investimento brasileiro em marcas, de 79 bilhões de dólares, coloca o país entre os cinco maiores do mundo, atrás de Estados Unidos (566,1 bilhões), Reino Unido, Japão e Alemanha; a intensidade de 1,9% do PIB excede a média da UE-22 e a de

várias economias avançadas. O relatório interpreta a construção acelerada de marcas nas economias de renda média como canal de captura de valor e de upgrading nas cadeias globais, na progressão clássica da manufatura sob contrato à marca própria, condicionada a investimentos complementares em qualidade, P&D e capacidade organizacional (WIPO; LBS, 2026).

Figura 4 – Níveis absolutos de investimento em marcas por país — Investimento nominal em marcas, 2025*, bilhões de dólares em PPP



Fonte: WIPO; LBS, 2026.]

Mensuração, IA e o nexo com os intangíveis

Cerca de 62% do investimento intangível não é capturado pelas estatísticas oficiais, já que capital organizacional, design, pesquisa de mercado, marcas e treinamento não são tratados como investimento nas contas nacionais; quando o conjunto completo é medido, o capital organizacional emerge como a maior categoria (30,5% do total em 2023), seguido de P&D (20,6%). A revisão do Sistema de Contas Nacionais de 2025 manteve os ativos de marketing fora da fronteira de ativos, de modo que o investimento em marcas segue contabilizado como custo corrente, e o hiato de mensuração persiste (WIPO; LBS, 2026).

O relatório atualiza a análise do nexo IA–intangíveis em duas ondas: a primeira, de construção física (chips, data centers, energia), concentrada em poucas firmas e economias; a segunda, mais lenta, de investimento intangível, à medida que as empresas reorganizam dados, competências e processos em torno da IA. O efeito econômico duradouro da IA, sustenta o documento, virá menos do hardware que dos ativos intangíveis construídos sobre ele; com os maiores impactos no capital organizacional, na compressão do ciclo de descoberta em P&D e na valorização das marcas como sinais de autenticidade em um ambiente saturado de conteúdo sintético (WIPO; LBS, 2026).

O World Investment Report 2026: investimento internacional em uma era turbulenta

O World Investment Report 2026: international investment in a turbulent era, da UNCTAD, documenta a reconfiguração do investimento internacional sob tensões geopolíticas, incerteza de política comercial e preocupações crescentes de segurança econômica, argumentando que o capital deixou de seguir custo e eficiência, terrenos em que os países em

desenvolvimento podiam competir, para seguir cálculo estratégico e política industrial (UNCTAD, 2026a).

Recuperação frágil e concentrada

O IED global cresceu 6% em 2025, para 1,6 trilhão de dólares, após dois anos consecutivos de queda; excluídos os fluxos-conduíte pelos centros financeiros europeus, o crescimento foi de 4%. A recuperação foi desigual: as economias desenvolvidas receberam 11% a mais (723 bilhões), contra apenas 2% nas em desenvolvimento (901 bilhões), e as 20 maiores economias receptoras concentraram mais de 80% dos fluxos globais (UNCTAD, 2026a).

A América Latina e o Caribe receberam 188 bilhões de dólares, alta de 14% puxada pela América do Sul, particularmente pelo Brasil. O dado, porém, não se traduziu em nova atividade produtiva: o valor dos projetos greenfield anunciados na região caiu cerca de um terço, para menos de 120 bilhões, com quedas concentradas em manufatura e logística, e os dez maiores receptores respondendo por 95% dos fluxos regionais (UNCTAD, 2026a).

Figura 5 – Fluxos de IED por região e nível de desenvolvimento, 2023–2025.

	FDI inflows			FDI outflows		
Region	2023	2024	2025	2023	2024	2025
World	**1 321**	**1 532**	**1 624**	**1 227**	**1 651**	**1 864**
Developed economies	463	649	723	725	1 070	1 191
Europe	57	204	285	216	448	638
European Union	-7	231	164	23	458	496
Other Europe	64	-27	121	193	-9	143
North America	312	351	344	261	346	317
Other developed economies	94	94	94	247	276	235
Developing economies	858	883	901	503	581	673
Africa	55	94	70	0.2	3	2
Asia	624	623	644	466	547	613
Central Asia	7	4	5	1	-4	1
East Asia	296	270	238	299	317	316
South Asia	34	34	46	14	25	36
South-East Asia	201	222	244	91	83	118
West Asia	86	92	111	60	125	142
Latin America and the Caribbean	178	165	188	36	31	57
Oceania	0.7	0.5	-0.3	0.4	0.4	0.7
Least developed countries	34	36	43	1.2	1.1	1.0
Landlocked developing countries	25	25	25	4	-2	3
Small island developing States	8	9	10	2	1.2	-0.3

Fonte: UNCTAD, 2026a.

Setores estratégicos e exclusão dos países em desenvolvimento

Os setores considerados estratégicos (infraestrutura e tecnologias de IA, tecnologias avançadas e sensíveis, minerais críticos, transição energética e semicondutores) saltaram de 16% para 44% do investimento greenfield global desde 2020, com o valor anunciado subindo de 109 bilhões para 576 bilhões de dólares.

A infraestrutura de IA respondeu por 60% desse total em 2025, e os semicondutores cresceram 54% ao ano no período; a concentração é extrema, com os três maiores investidores

respondendo em média por 69% dos valores e os três maiores receptores por 50% (UNCTAD, 2026a).

As economias de renda baixa e média-baixa atraem apenas cerca de 10% do investimento greenfield global em setores estratégicos, contra mais de 20% nos demais setores. Simultaneamente, as portas de entrada tradicionais se estreitam: o valor do greenfield em manufatura não estratégica caiu 17% entre 2015-2019 e 2021–2025, com quedas de 11% nas economias desenvolvidas, 20% nas em desenvolvimento e 65% nos países de menor desenvolvimento relativo, precisamente as indústrias intensivas em trabalho que historicamente ancoraram a industrialização retardatária (UNCTAD, 2026a).

Política industrial, segurança econômica e a assimetria dos subsídios

As intervenções de política industrial cresceram 60% em número médio anual entre 2016–2020 e 2021–2025, e China, Estados Unidos e União Europeia respondem por metade das intervenções registradas na última década. Os subsídios específicos a firmas quase triplicaram, de 271 bilhões de dólares em 2015–2019 para 779 bilhões em 2020–2024, com 600 bilhões concentrados nos países desenvolvidos; o número de economias com regimes de triagem de investimento por segurança nacional saltou de 21 para 52 desde 2016 (UNCTAD, 2026a).

A UNCTAD adverte que essa lógica recompensa bolsos fundos e ecossistemas estabelecidos, tornando a competição por investimento estratégico crescentemente assimétrica: a maioria dos países em desenvolvimento não tem como igualar o apoio que as maiores economias mobilizam, e o desafio mais difícil passa a ser atrair investimento de qualquer natureza.

No plano normativo, as exceções de segurança essencial passaram a constar de cerca de 90% dos acordos internacionais de investimento concluídos após 2020, enquanto quase 80% dos 56 novos casos de arbitragem investidor-Estado iniciados em 2025 foram movidos contra países em desenvolvimento, 96% do estoque de 1.463 casos apoiado em tratados de geração anterior a 2010 (UNCTAD, 2026a).

Respostas de política e a busca dos "comuns"

Entre as cinco áreas práticas de ação propostas aos países em desenvolvimento, o relatório destaca a identificação de prioridades e pontos de entrada realistas nas cadeias de valor, o direcionamento da política industrial para reduzir gargalos e ampliar o impacto do IED em vez de replicar programas de subsídio inalcançáveis, e o uso da integração regional para construir proposições de investimento mais críveis.

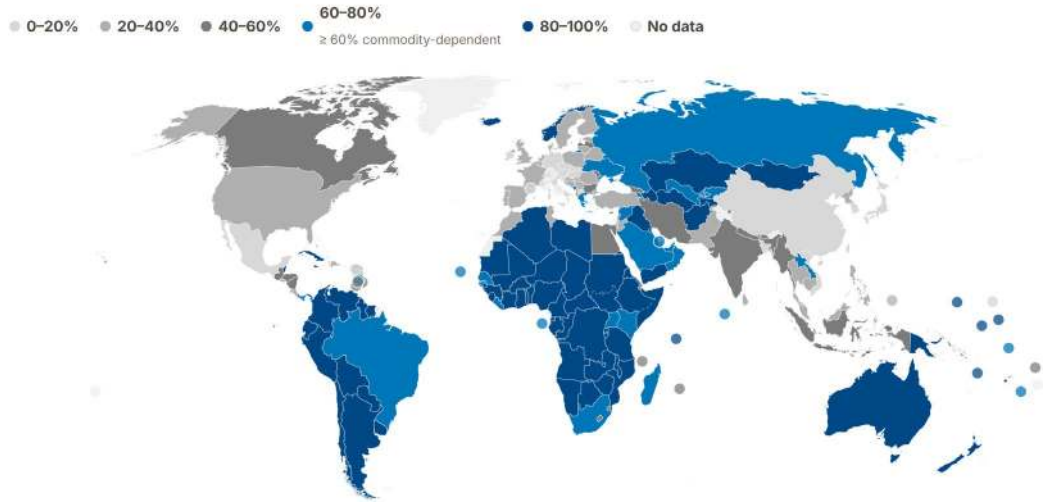
No plano multilateral, a UNCTAD propõe um mecanismo global de monitoramento de medidas que afetam o investimento transfronteiriço, princípios para medidas de segurança, plataformas conjuntas de preparação de projetos e a aceleração da reforma dos acordos de investimento, com discussão prevista no 9º World Investment Forum (UNCTAD, 2026a).

A dependência de commodities como camada estrutural

O portal temático da UNCTAD *Commodity Dependence Dashboard*, painel interativo lançado em 14 de julho de 2026 cobre o período de 2022–2024 e abrange os 195 Estados-membros, com mais de 30 indicadores por economia sob o critério de que uma economia é dependente quando mais de 60% de suas exportações de mercadorias são commodities (UNCTAD, 2026b).

Os dados do painel indicam que 53,4% dos 195 Estados-membros da UNCTAD são dependentes de commodities, 94 das 143 economias em desenvolvimento permanecem acima do limiar de 60% e 74 economias, quase todas em desenvolvimento, ultrapassam o patamar de 80% de dependência (UNCTAD, 2026b; UNCTAD, 2026c).

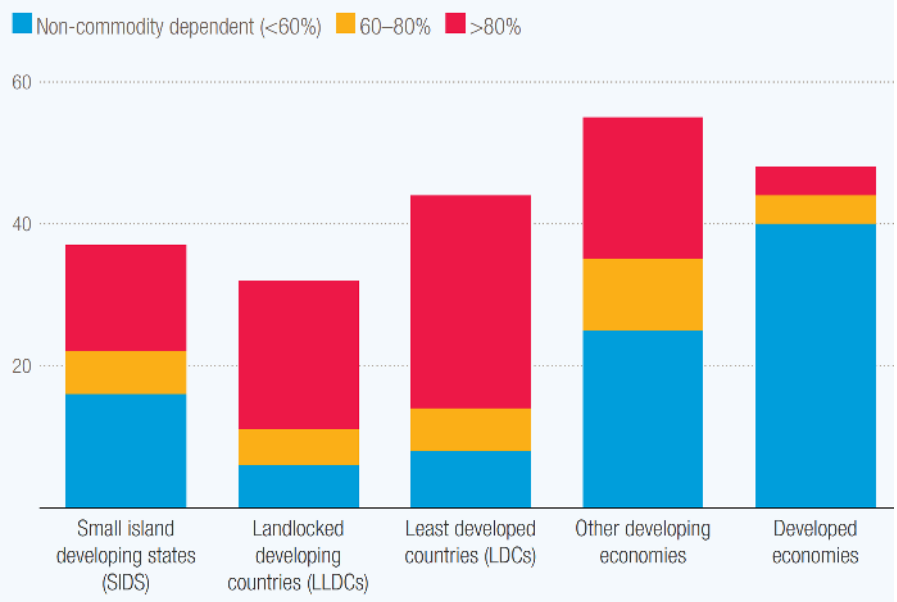
Figura 6 – Severidade da dependência de commodities por país, 2022-2024



Fonte: UNCTAD, 2026c.

A estratificação por grupo de desenvolvimento revela a escala dessa vulnerabilidade: a participação média das commodities nas exportações em 2022–2024 alcança 79,5% nos países em desenvolvimento sem litoral (32 economias) e 79,3% nos de menor desenvolvimento relativo (44 economias), seguidos dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (65,8%, 37 economias) e das demais economias em desenvolvimento (61,3%, 55 economias), contra 36% nas desenvolvidas, ou seja, mesmo a média dos grupos em desenvolvimento tomados em conjunto situa-se acima do limiar que define a dependência (UNCTAD, 2026b).

Figura 7 – Severidade da dependência de commodities por nível de desenvolvimento (faixas <60%, 60–80% e >80%) e participação média por grupo, 2022–2024

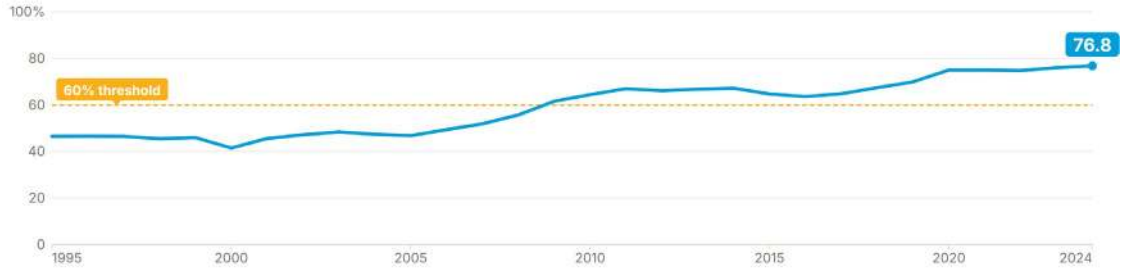


Fonte: UNCTAD, 2026b.

O perfil brasileiro: reprimarização no século XXI

O perfil do Brasil no painel registra dependência de commodities de 75,9% das exportações de mercadorias em 2022–2024, decomposta em 45,5% de produtos agrícolas, 16,7% de energia e 13,6% de mineração, com o painel destacando a ancoragem da pauta nas commodities agrícolas e a exposição resultante a choques climáticos, de preço e de política. Os indicadores de concentração completam o quadro: os três principais destinos absorvem 59,2% das exportações e as três principais commodities respondem por 36% da pauta (UNCTAD, 2026b). A série histórica de 1995 a 2024 documenta a reprimarização da pauta exportadora brasileira em três décadas: a participação das commodities partiu de 46,5% em 1995, manteve-se abaixo do limiar de 60% até o final dos anos 2000, cruzou-o na virada para a década de 2010 e seguiu em ascensão até os 76,8% de 2024, um deslocamento de mais de 30 pontos percentuais que situa o país, hoje, ainda acima da média das economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2026b).

Figura 8 – Dependência exportadora de commodities do Brasil, participação anual, 1995–2024



Fonte: UNCTAD, 2026b.

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **DG Okonjo-Iweala calls for simultaneous progress on WTO reform, outstanding negotiations**. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/gc_14jul26_457_e.htm

CENTRE ON KNOWLEDGE GOVERNANCE. **WIPO Assemblies 2026: bridging divergent visions for development and protection.** 2026. Disponível em: https://knowledgegov.org/wipo-assemblies-2026-responding-to-divergent-visions-for-development-and-protection/

SOUTH CENTRE. **Statement to the Assemblies of the Member States of the World Intellectual Property Organization: sixty-eighth series of meetings, July 7 to 15, 2026.** Genebra: South Centre, 2026. Disponível em: https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2026/07/68th-WIPO-Assemblies-statement-by-the-South-Centre_July-2026.pdf

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment Report 2026: international investment in a turbulent era — overview.** Genebra: Nações Unidas, 2026a. Disponível em: https://unctad.org/publication/world-investment-report-2026-international-investment-turbulent-era

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Commodity dependence dashboard.** In: The state of commodity dependence. Genebra: UNCTAD, 2026b. Disponível em: https://unctad.org/topic/commodities/state-of-commodity-dependence

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **New dashboard helps countries chart a path beyond commodity dependence.** Genebra: UNCTAD, 2026c. Disponível em: https://unctad.org/news/new-dashboard-helps-countries-chart-path-beyond-commodity-dependence

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **Report of the Director General to the Assemblies of WIPO — July 7 to 15, 2026.** Genebra: WIPO, 2026a. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/director-general/w/daren-tang/speeches/2026/report-of-the-director-general-to-the-assemblies-of-wipo-july-7-to-15-2026

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **WIPO member states have approved the appointment of new Deputy Directors General and Assistant Directors General,** LinkedIn, 2026b. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wipo_wipo-wipoga-activity-7481253143796752384-NtTB/

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO); LUISS BUSINESS SCHOOL (LBS). **World Intangible Investment Highlights 2026: better data for better business and policy.** Genebra: WIPO, 2026. (WIPO Publication n. 1097EN/26). DOI: 10.34667/tind.60182. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/intangible-assets/measuring-investments